



Texto para Discussão 009 | 2016

Discussion Paper 009 | 2016

Custo econômico do Mau Governo Dilma Rousseff

Reinaldo Gonçalves

Professor Titular, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro

This paper can be downloaded without charge from
<http://www.ie.ufrj.br/index.php/index-publicacoes/textos-para-discussao>

Custo econômico do Mau Governo Dilma Rousseff

Março, 2016

Reinaldo Gonçalves

*Professor Titular, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro
reinaldogocalves1@gmail.com*

Resumo

Caso o governo Dilma Rousseff complete o seu segundo mandato, o estudo estima em 0,2% a taxa média anual de crescimento da renda real e em 4 trilhões de dólares o custo econômico acumulado no período 2011-18. Essas estimativas têm como base as projeções de variação da renda pelo FMI em janeiro de 2016. O custo é medido como a diferença entre a renda potencial e a renda efetiva. Esse valor corresponde a 22% da renda dos Estados Unidos, 4,1 vezes da renda da Argentina, 13,7 vezes a renda de Portugal e 1,2 vezes a própria renda do Brasil em 2015. Considerando esse custo econômico, em termos absolutos e relativos, pode-se afirmar que o governo Dilma Rousseff é a maior expressão de mau governo em toda a história republicana brasileira. Tendo como referência 30 mandatos presidenciais desde 1889, nunca antes na história do país houve custo econômico tão elevado em termos absolutos e relativos. Dilma Rousseff tem um desempenho inferior, inclusive, em relação aos casos críticos da história política brasileira: Floriano Peixoto (crise institucional e guerra civil) e Fernando Collor (crise social e impedimento). A interrupção do mandato de Dilma Rousseff em 2016 pode reduzir significativamente esse elevado custo econômico.

Introdução

Os visitantes do Palazzo Comunale em Siena apreciam os afrescos de Ambrogio Lorenzetti pintados no século XIV. São as alegorias do Bom Governo e do Mau Governo. O Bom Governo incorpora as virtudes teologais (fé, esperança e caridade) e as virtudes cardinais (firmeza, justiça, temperança e prudência). *Contrario sensu*, o Mau Governo é marcado pela ausência dessas virtudes. O Mau Governo é responsável pelo sofrimento humano expresso na miséria, na fome e no desespero. No mundo moderno, o sofrimento humano deriva, em grande medida, da falta de emprego e, principalmente, de renda.

O objetivo desse texto é estimar o custo econômico do governo Dilma em termos de renda perdida ou desperdiçada. Dados do FMI informam que a taxa média anual de crescimento da renda no período 2011-18 deve ser 0,20%. Isso implica a queda da renda *per capita* anual de aproximadamente 0,7%-0,8%. Caso Dilma Rousseff complete o seu mandato, a queda acumulada de renda *per capita* deve ser maior do que 6% no período 2011-18. Os brasileiros ficarão mais pobres se Dilma Rousseff completar o seu segundo mandato.

A seção 1 apresenta algumas breves considerações conceituais e analíticas. A seção 2 mostra os resultados da análise das estimativas de custo econômico (hiato de renda) no Brasil em cada um dos 30 mandatos presidenciais. A seção 3 analisa o custo econômico do Mau Governo Dilma Rousseff em comparação com a renda de outros países. A última seção apresenta a síntese dos principais resultados e algumas considerações gerais.

1 Custo econômico e hiato de renda

Como medir o custo econômico do Mau Governo?

Esse é, certamente, um tema pantanoso. Diferentes medidas dependem de doutrinas e perspectivas analíticas. Correndo o risco da simplificação exagerada, podemos dar exemplos: para um liberal, um governo socialista é um mau governo; para um leigo, um governo teocrático é um mau governo; para um democrata, um governo autoritário é um mau governo; para um republicano, um governo oligárquico é um mau governo e etc. Mesmo com o descarte de doutrinas, permanece a controvérsia sobre os indicadores de mau governo. Por exemplo, no campo da economia, mais especificamente na questão da estabilização macroeconômica, há analistas que priorizam a geração de renda e de emprego, porém há outros que destacam o equilíbrio das finanças públicas e o controle da inflação. E ainda há aqueles que subordinam o tema da estabilização à questão da distribuição de riqueza e renda.

Nesse texto propomos uma medida relativamente simples para avaliar governos no campo da economia: o hiato de renda. Esse hiato é a diferença entre a renda potencial e a renda efetivamente gerada no país em determinado período de tempo.

Naturalmente, a primeira dificuldade está na mensuração do hiato de renda. O hiato de renda equivale ao conceito de hiato de produto que é “a diferença entre o nível efetivo da atividade econômica e a quantidade sustentável de atividade dada a capacidade da economia” (BANNOCK, BAXTER e DAVIS, 1998, p. 308). A quantidade sustentável é o produto potencial definido como a produção máxima com o pleno emprego dos fatores e as escolhas das técnicas ótimas de produção; ou seja, pleno emprego com eficiência técnica e alocativa. Tecnicamente, o país opera sobre a sua curva de possibilidade de produção em condições de equilíbrio geral (produção e consumo).

O produto potencial depende não somente da quantidade dos fatores de produção (trabalho, capital e recursos naturais) como da qualidade desses fatores (por exemplo, mão de mão qualificada). Ademais, o produto potencial depende do progresso técnico já que este afeta a produtividade de todos os fatores de produção. A quantificação de renda ou produto potencial é tecnicamente complexa e controversa. Portanto, deve-se ter muita

cautela com as estimativas de produto potencial como uma referência para tomadas de decisão relativas à política macroeconômica (SUMMA e LUCAS, 2010).

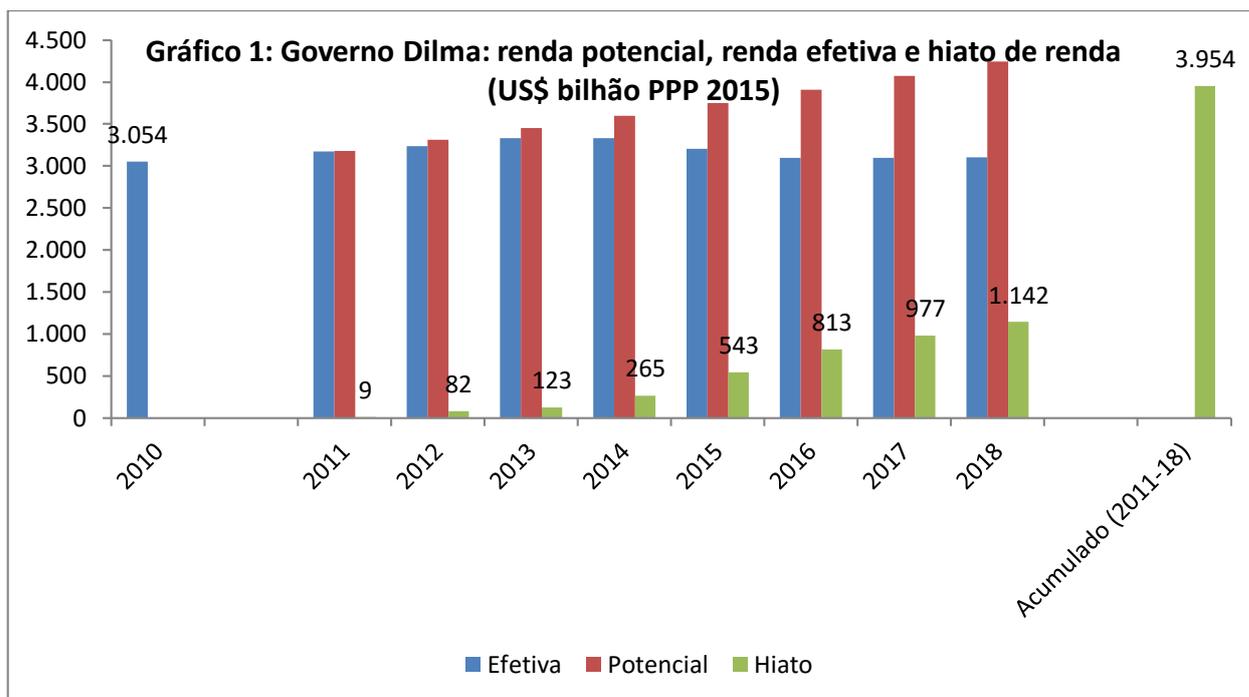
Nesse texto usamos uma forma simples de mensuração da renda (produto) potencial: a taxa de crescimento médio anual da renda real no longo prazo. O primeiro passo consiste em construir a série histórica das taxas de crescimento real da economia brasileira. O nosso período de referência é a República (1890-2018). Os dados e as estimativas são de diferentes fontes: pesquisadores, IBGE e FMI. O segundo passo é o cálculo da renda real no período em análise. O indicador de renda é o Produto Interno Bruto (PIB). O dado do PIB segundo o conceito de paridade do poder de compra (PPP) é informado pelo Fundo Monetário Internacional na sua base de dados (*World Economic Outlook*, outubro 2015). O ano de referência é 2015.

No Anexo, a TABELA A.1 apresenta as taxas anuais de variação da renda real no período 1890-2018 bem como os valores da renda (PIB real – PPP, 2015) para o Brasil e 3 outros países: Portugal, Argentina e Estados Unidos. Esses países são de portes pequeno, médio e grande, respectivamente. Eles são escolhidos como base de comparação.

O segundo passo envolve o cálculo da taxa de crescimento de longo prazo da economia brasileira. Aqui há mais uma dificuldade. No Anexo a TABELA A.2 mostra as taxas anuais (percentual): média simples; mediana; média geométrica; coeficiente angular da regressão da renda real (exponencial com log natural). No caso do Brasil, essas taxas variam de 4,2% (taxa geométrica) a 4,9% (equação de regressão). A média simples é 4,3% e a mediana é 4,4%. Essas são as taxas médias seculares de crescimento da renda brasileira no período republicano (1890-2018). Decidimos adotar a taxa geométrica (a mais baixa = 4,2% a.a.).

A série de produto potencial em cada mandato toma como referência a renda real no ano anterior ao início do mandato e sobre essa renda aplica-se a taxa de crescimento (4,2%) composta nos anos subsequentes. Para ilustrar, tomemos o caso do governo Dilma. Em 2010, ano anterior ao início do mandato, a renda (PIB PPP) do Brasil é US\$ 3.053 bilhões. Portanto, a renda potencial em 2011 é US\$ 3.182 bilhões ($3.053 \times 1,049$), em 2012 é US\$ 3.316 bilhões ($3.053 \times 1,049^2$), em 2013 é US\$ 3.455 bilhões ($3.053 \times 1,049^3$), e assim

sucessivamente (GRÁFICO 1). As datas dos mandatos presidenciais estão no Anexo (TABELA A.3).



A renda potencial total no mandato é a soma das rendas potenciais em cada ano do mandato. A renda efetiva total no mandato é a soma das rendas efetivas em cada ano do mandato. Portanto, o hiato de renda em cada mandato é a diferença entre a renda potencial e a renda efetiva totais no período do mandato presidencial. Como indicador relativo usa-se o coeficiente de hiato de renda que é medido como 100 menos a razão entre a renda efetiva e a renda potencial (%).

Cabe destacar que o país pode crescer acima do seu potencial em um determinado período de tempo (mandato). Isso ocorre quando há recursos ociosos disponíveis no ano anterior ao mandato ou, então, quando há o apelo ao financiamento externo extraordinário. Por exemplo, as elevadas taxas de crescimento econômico no chamado período do “milagre” brasileiro expressam na sua primeira fase (1968-73 = 11,1% a.a.) a disponibilidade de recursos ociosos que resultaram do ajuste macroeconômico em meados dos anos 1960s. A segunda fase (1974-78 = 6,7% a.a.) foi precedida de pleno emprego e, portanto, o elevado crescimento econômico dependeu do financiamento externo. Esse crescimento econômico acelerado provocou graves desequilíbrios de fluxos e estoques que estiveram

na origem da crise da “década perdida” (GREMAUD, SAES e TONETO JÚNIOR, 1997, capítulo 4).

2 Mau Governo Dilma Rousseff: comparação histórica

A TABELA 1 apresenta a variação média anual da renda real no Brasil segundo o mandato presidencial no período 1890-2018. A evidência é que os 3 piores resultados são: Floriano Peixoto (-7,5%); Fernando Collor (-1,2%); e Dilma Rousseff (0,2%). Houve guerra civil no mandato de Floriano Peixoto (1891-92) e a interrupção da presidência pelo impedimento de Fernando Collor (1990-92). Os protestos populares em 2013 marcaram o início de uma trajetória de instabilidade e crise ética, social, econômica, política e institucional no Brasil no governo Dilma Rousseff. Nesses 3 casos evidencia-se a queda da renda *per capita*.

Tabela 1

**Brasil – variação média anual da renda real segundo o mandato presidencial (%):
1890-2018**

	Renda var. %		Varição em ordem decrecente	
1	Deodoro da Fonseca	10,1	1 Garrastazu Médici	11,9
2	Florian Peixoto	-7,5	2 Deodoro da Fonseca	10,1
3	Prudente de Moraes	4,5	3 Café Filho	8,8
4	Campos Sales	3,1	4 Jânio Quadros	8,6
5	Rodrigues Alves	4,7	5 Juscelino Kubitschek	8,1
6	Afonso Pena	2,5	6 Costa e Silva	7,8
7	Nilo Peçanha	6,4	7 Eurico Dutra	7,6
8	Hermes da Fonseca	3,5	8 Eptácio Pessoa	7,5
9	Venceslau Brás	2,1	9 Ernesto Geisel	6,7
10	Eptácio Pessoa	7,5	10 Nilo Peçanha	6,4
11	Artur Bernardes	3,7	11 Getúlio Vargas II	6,2
12	Washington Luís	5,1	12 Washington Luís	5,1
13	Getúlio Vargas I	4,3	13 Itamar Franco	5,0
14	Eurico Dutra	7,6	14 Rodrigues Alves	4,7
15	Getúlio Vargas II	6,2	15 Prudente de Moraes	4,5
16	Café Filho	8,8	16 José Sarney	4,5
17	Juscelino Kubitschek	8,1	17 Getúlio Vargas I	4,3
18	Jânio Quadros	8,6	18 Castello Branco	4,2
19	João Goulart	3,6	19 Lula da Silva	4,0
20	Castello Branco	4,2	20 Artur Bernardes	3,7
21	Costa e Silva	7,8	21 João Goulart	3,6
22	Garrastazu Médici	11,9	22 Hermes da Fonseca	3,5
23	Ernesto Geisel	6,7	23 Campos Sales	3,1
24	João Figueiredo	2,2	24 Afonso Pena	2,5
25	José Sarney	4,5	25 Fernando Henrique	2,4
26	Fernando Collor	-1,2	26 João Figueiredo	2,2
27	Itamar Franco	5,0	27 Venceslau Brás	2,1
28	Fernando Henrique	2,4	28 Dilma Rousseff	0,2
29	Lula da Silva	4,0	29 Fernando Collor	-1,2
30	Dilma Rousseff (2011-18)	0,2	30 Florian Peixoto	-7,5

Fontes e notas: ver Anexo, Tabela A.1. Dado para Dilma Rousseff refere-se à estimativa para o período 2011-18.

A renda potencial acumulada em cada mandato é mostrada na TABELA 2. Essa tabela apresenta também a série de renda efetiva acumulada em cada mandato. Como visto, a diferença entre a renda potencial acumulada e a renda efetiva acumulada é o hiato de renda em cada mandato. Esse hiato pode ser negativo, ou seja, o país cresceu acima do seu potencial (taxa de crescimento médio anual da renda real maior do que 4,2% a.a.).

Por outro lado, esse hiato é positivo quando a renda efetiva é menor do que a renda potencial.

Tabela 2

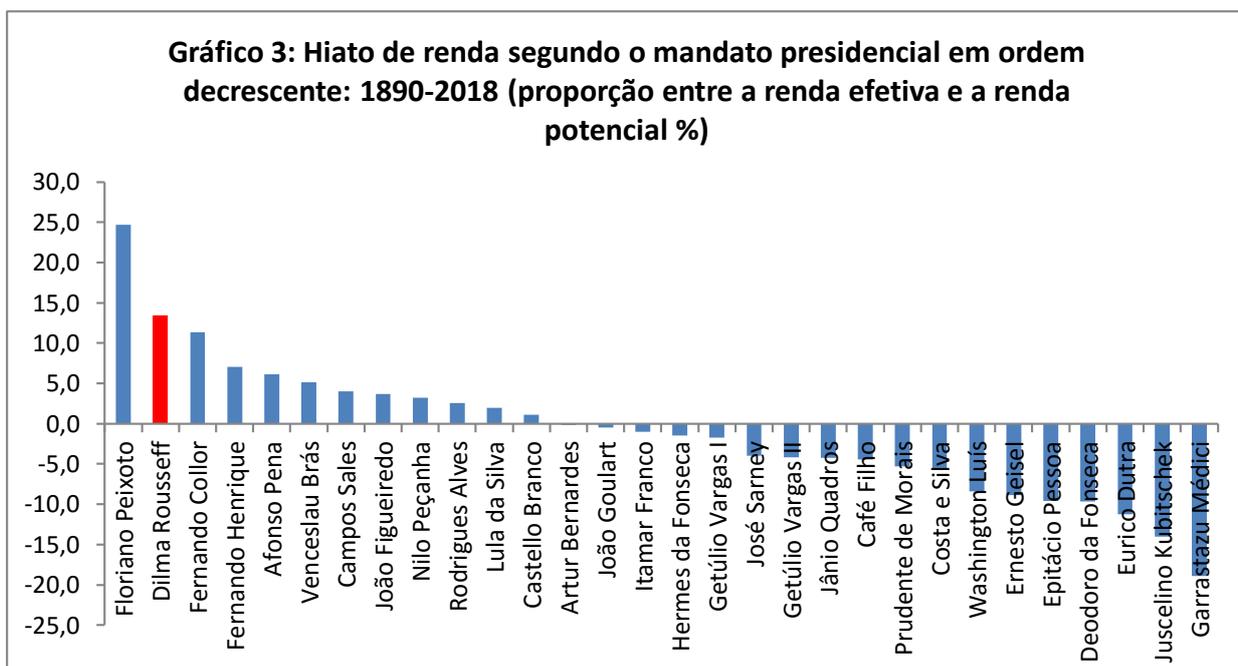
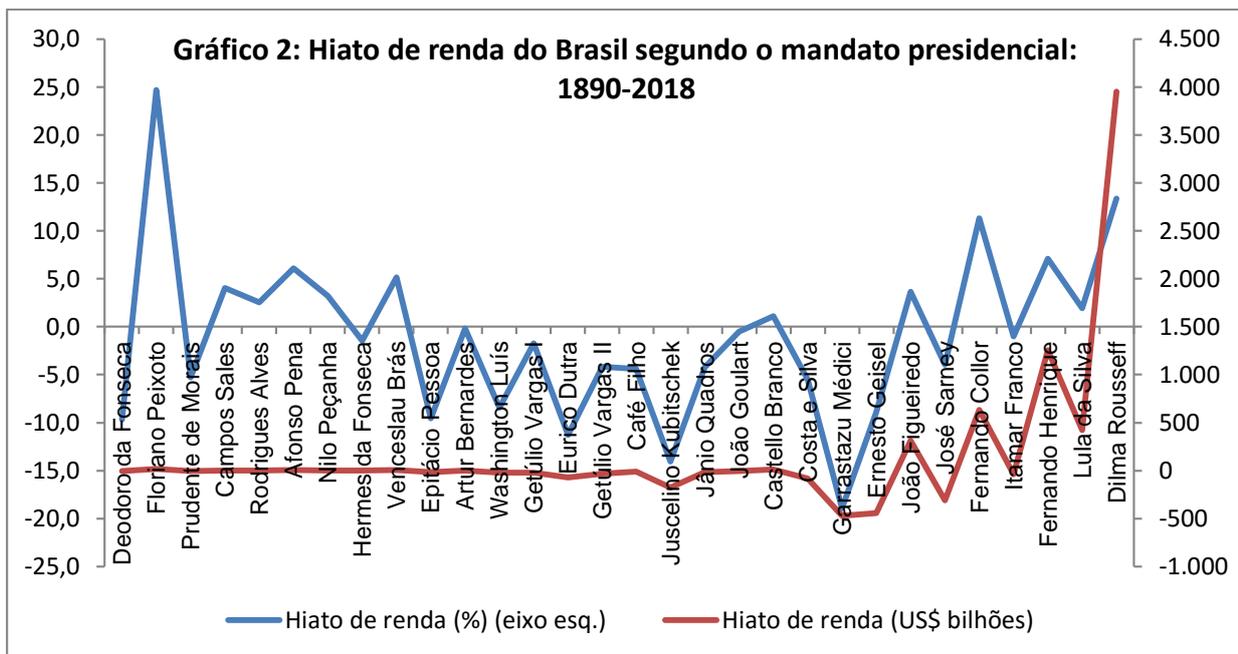
Brasil – renda potencial e renda efetiva acumuladas no mandato presidencial (US\$ bilhão PPP): 1890-2018

		Renda potencial acumulado no mandato	Renda efetiva acumulado no mandato	Hiato de renda (US\$ bilhões PPP)	Hiato de renda (%)
1	Florianópolis	60	45	15	24,7
2	Dilma Rousseff	29.528	25.573	3.954	13,4
3	Fernando Collor	5.619	4.983	636	11,3
4	Fernando Henrique	17.712	16.460	1.252	7,1
5	Afonso Pena	77	72	5	6,1
6	Venceslau Brás	133	126	7	5,1
7	Campos Sales	77	74	3	4,0
8	João Figueiredo	8.442	8.133	309	3,7
9	Nilo Peçanha	53	51	2	3,2
10	Rodrigues Alves	87	85	2	2,5
11	Lula da Silva	21.492	21.072	420	2,0
12	Castello Branco	1.292	1.277	14	1,1
13	Artur Bernardes	192	193	0	-0,2
14	João Goulart	786	790	-4	-0,5
15	Itamar Franco	3.535	3.571	-35	-1,0
16	Hermes da Fonseca	116	117	-2	-1,5
17	Getúlio Vargas I	1.298	1.320	-22	-1,7
18	José Sarney	7.853	8.165	-311	-4,0
19	Getúlio Vargas II	741	772	-31	-4,2
20	Jânio Quadros	355	370	-15	-4,2
21	Café Filho	221	231	-10	-4,4
22	Prudente de Moraes	64	68	-3	-5,3
23	Costa e Silva	1.459	1.540	-81	-5,5
24	Washington Luís	223	242	-19	-8,4
25	Ernesto Geisel	4.985	5.429	-443	-8,9
26	Epitácio Pessoa	144	158	-14	-9,6
27	Deodoro da Fonseca	32	35	-3	-9,7
28	Eurico Dutra	656	730	-74	-11,3
29	Juscelino Kubitschek	1.252	1.428	-176	-14,0
30	Garrastazu Médiçi	2.490	2.961	-471	-18,9

Fontes e notas: ver Anexo, Tabela A.1. Hiato de renda é a diferença entre a renda potencial e a renda efetiva acumuladas no mandato. O hiato de renda, expresso em percentual, é igual a 100 menos a razão entre a renda efetiva e a renda potencial (%). A medida de renda real é o PIB, paridade poder de compra 2015.

Os dados de hiato de renda em valores absolutos mostram que os maiores valores são no governo Dilma Rousseff (US\$ 3.954 bilhões) e no governo Fernando Henrique Cardoso (US\$ 1.252 bilhões). Entretanto, a mensuração mais adequada é em termos relativos: o coeficiente de hiato de renda é medido como 100 menos a razão entre a renda efetiva e a renda potencial (%). Os piores resultados são: Floriano Peixoto (24,7%); Dilma Rousseff (13,4%); e Fernando Collor (11,3%).

Os GRÁFICOS 2 e 3 evidenciam a evolução do hiato de renda nos mandatos presidenciais e mostram claramente o desempenho medíocre do governo Dilma Rousseff.



3 Mau Governo Dilma Rousseff: comparação internacional

Como referencial relativo do custo econômico do Mau Governo Dilma Rousseff deve-se levar em conta a renda de outros países. Consideramos 3 casos: país pequeno (Portugal); país médio (Argentina); e país grande (Estados Unidos). No Anexo a TABELA A.4 mostra a renda real acumulada nesses 3 países em cada mandato presidencial brasileiro. Para ilustrar, no período 2003-10 (Governo Lula da Silva) a renda real acumulada foi: Portugal = US\$ 2.389 bilhões; Argentina = US\$ 5.629 bilhões; e nos EUA = US\$ 125.996 bilhões.

A TABELA 3 mostra a proporção entre o hiato de renda real do Brasil em cada mandato e a renda real em Portugal, Argentina e Estados Unidos nos períodos dos mandatos presidenciais brasileiros. Para ilustrar, no mandato Dilma Rousseff o hiato de renda corresponde a 169,% da renda real acumulada por Portugal no período 2011-18. Os percentuais para a Argentina e os EUA são 52,0% e 2,8%, respectivamente.

Tabela 3

Proporção entre o hiato de renda do Brasil e a renda de Portugal, Argentina e Estados Unidos em cada mandato presidencial (%), em ordem decrescente (EUA): 1890-2018

		Portugal	Argentina	EUA
1	Dilma Rousseff	169,7	52,0	2,8
2	Fernando Collor	97,6	49,6	2,1
3	Fernando Henrique	59,3	28,0	1,2
4	Florianópolis Peixoto	48,6	27,2	1,2
5	João Figueiredo	34,6	12,4	0,7
6	Lula da Silva	17,6	7,5	0,3
7	Afonso Pena	12,2	3,4	0,2
8	Venceslau Brás	13,1	3,2	0,2
9	Campos Sales	6,2	3,2	0,1
10	Castello Branco	7,4	1,9	0,1
11	Nilo Peçanha	6,5	1,6	0,1
12	Rodrigues Alves	4,3	1,5	0,1
13	Artur Bernardes	-0,5	-0,1	0,0
14	João Goulart	-3,5	-0,9	-0,1
15	Hermes da Fonseca	-3,2	-0,7	-0,1
16	Getúlio Vargas I	-6,4	-1,4	-0,1
17	Itamar Franco	-7,9	-3,5	-0,2
18	Prudente de Moraes	-7,7	-3,8	-0,2
19	Getúlio Vargas II	-22,2	-4,6	-0,3
20	Café Filho	-25,1	-5,2	-0,3
21	Epitácio Pessoa	-24,5	-5,8	-0,3
22	Washington Luís	-24,8	-5,3	-0,4
23	Deodoro da Fonseca	-15,3	-10,9	-0,4
24	Jânio Quadros	-29,4	-6,5	-0,4
25	Costa e Silva	-34,1	-9,2	-0,5
26	Eurico Dutra	-48,5	-9,6	-0,7
27	José Sarney	-35,8	-15,2	-0,7
28	Juscelino Kubitschek	-80,0	-17,2	-1,1
29	Ernesto Geisel	-73,9	-21,9	-1,4
30	Garrastazu Méndez	-116,9	-33,5	-2,1

Fontes e notas: ver Anexo, Tabela A.1.

Os GRÁFICOS 4, 5 e 6 evidenciam claramente que o maior custo econômico relativo de todos os mandatos presidenciais da história republicana brasileira é no Governo Dilma Rousseff. Considerando esse custo econômico, em termos absolutos e relativos, pode-se

afirmar que o governo Dilma Rousseff é a maior expressão de mau governo na história republicana brasileira.

Gráfico 4: Hiato de renda do Brasil como proporção da renda de Portugal, segundo o mandato presidencial (%): 1890-2018

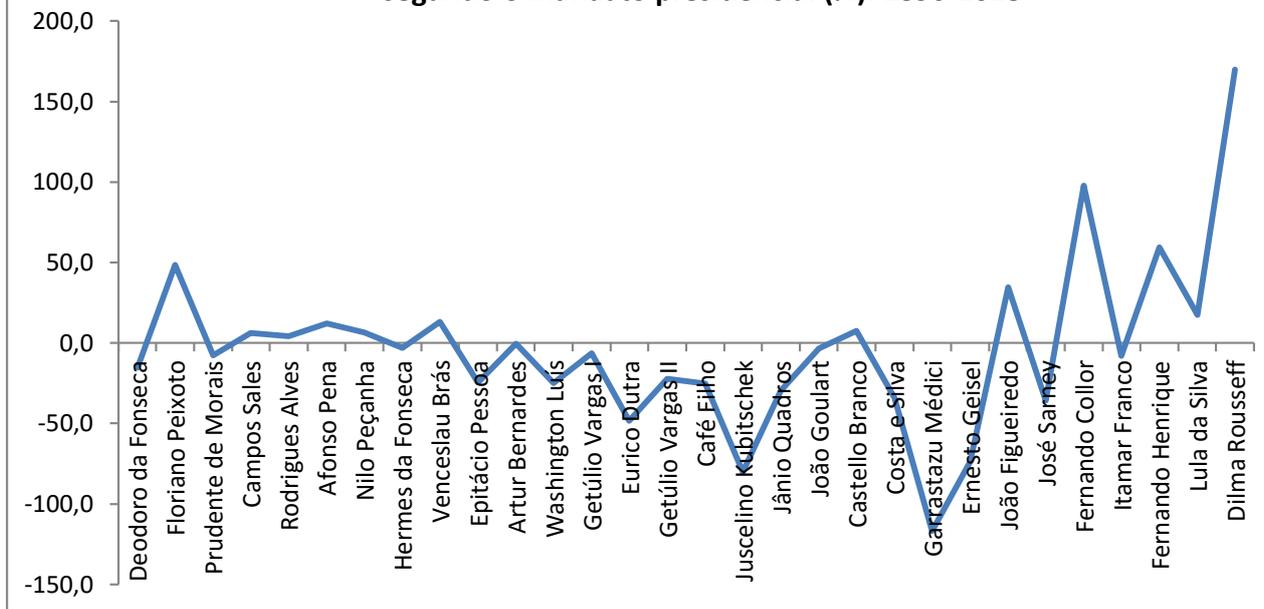
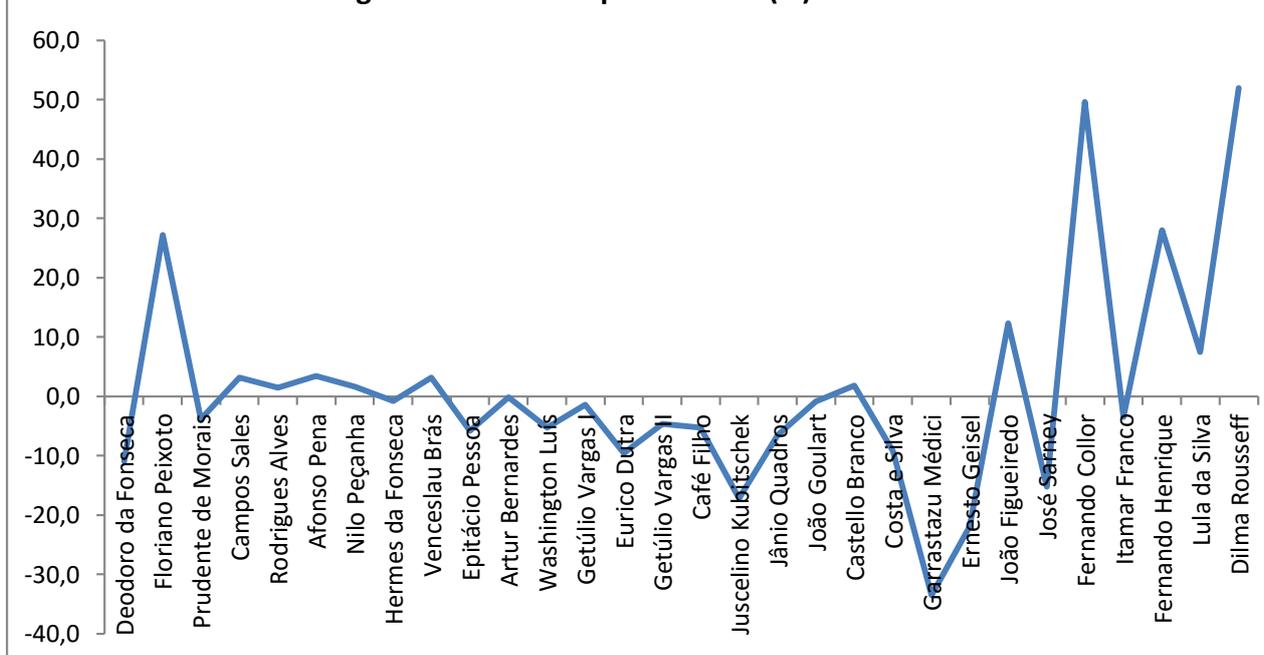
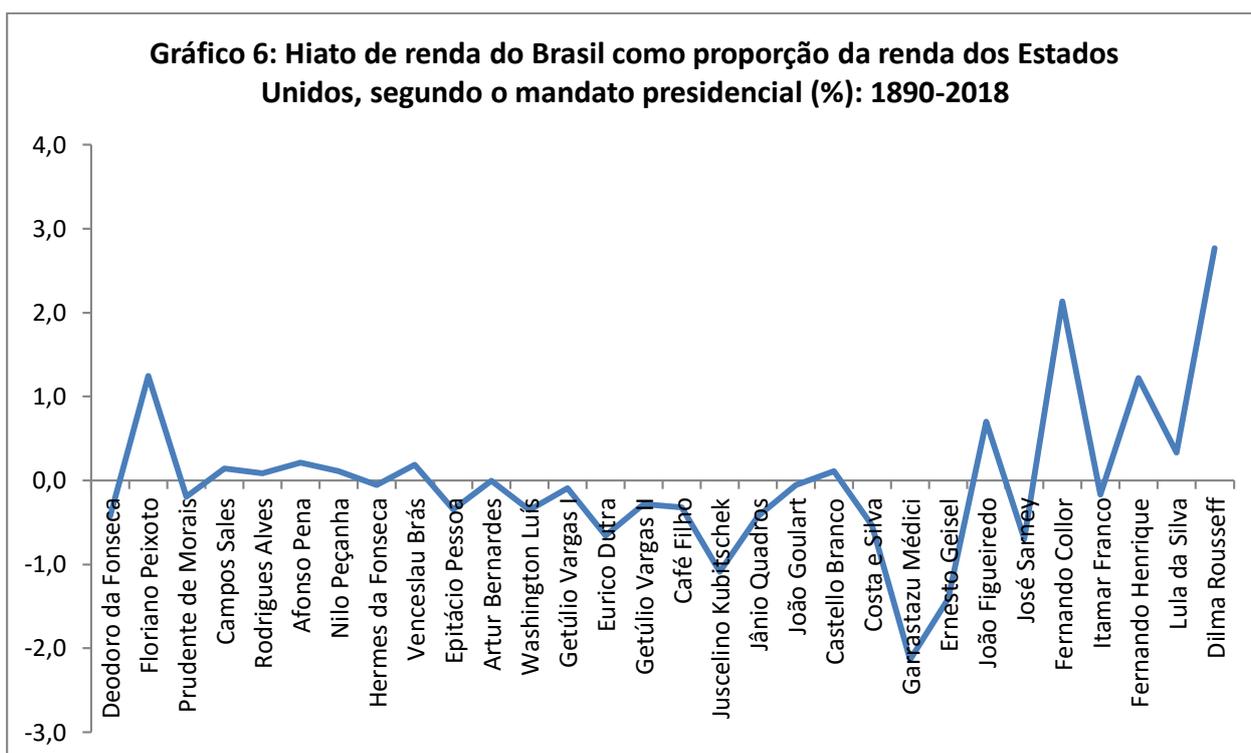


Gráfico 5: Hiato de renda do Brasil como proporção da renda da Argentina, segundo o mandato presidencial (%): 1890-2018





Considerando o custo relativo como indicador de mau governo, os piores resultados são: Dilma Rousseff; Fernando Collor; Fernando Henrique Cardoso; ; Floriano Peixoto; João Figueiredo; e Lula da Silva.

A Tabela 4 evidencia a razão entre o hiato de renda do Brasil no governo Dilma e a renda das principais economias do mundo em 2015. Para ilustrar, o custo econômico do governo Dilma (US\$ 3.954 bilhões) representa cerca de 20% da renda real dos EUA em 2015, 50% da renda da Índia, toda a renda da Alemanha e, como já visto, 4,1 vezes a renda da Argentina em 2015. Metaforicamente, é como se no governo Dilma o Brasil tivesse “desperdiçado” o equivalente à renda de um ano da Alemanha e a 4 anos da renda gerada na Argentina em 2015. Vale destacar que o custo estimado corresponde a 1,2 vezes a própria renda do Brasil. Ou seja, em 8 anos os brasileiros desperdiçaram o equivalente a mais de um ano de renda que poderia ter sido gerada e não foi em consequência do Mau Governo Dilma Rousseff.

Tabela 4**Razão entre o hiato de renda do Brasil no Governo Dilma e a renda das principais economias do mundo em 2015**

		Renda real (US\$ bilhão)	Razão
1	China	19.510	0,2
2	Estados Unidos	17.968	0,2
3	Índia	8.027	0,5
4	Japão	4.842	0,8
5	Alemanha	3.842	1,0
6	Rússia	3.474	1,1
7	Brasil	3.208	1,2
8	Indonésia	2.839	1,4
9	Reino Unido	2.660	1,5
10	França	2.647	1,5
11	México	2.220	1,8
12	Itália	2.174	1,8
13	Coréia	1.849	2,1
14	Arábia Saudita	1.681	2,4
15	Espanha	1.636	2,4
16	Canadá	1.628	2,4
17	Turquia	1.576	2,5
18	Irã	1.382	2,9
19	Austrália	1.137	3,5
20	Taiwan	1.114	3,6
21	Tailândia	1.107	3,6
22	Nigéria	1.105	3,6
23	Polônia	1.003	3,9
24	Egito	996	4,0
25	Argentina	964	4,1

Fontes e notas: ver Anexo, Tabela A.1. Renda é o valor do PIB (PPP). Dados do FMI-WEO, outubro 2015. O hiato de renda estimado para o período 2011-18 é igual a US\$ 3.954 bilhões (PPP, 2015).

4 Síntese

Caso o governo Dilma Rousseff complete o seu segundo mandato, o estudo estima em 0,2% a taxa média anual de crescimento da renda real e em 4 trilhões de dólares o custo econômico acumulado no período 2011-18. Essas estimativas têm como base as projeções de variação da renda feitas pelo FMI em janeiro de 2016. O custo econômico é medido como a diferença entre a renda potencial e a renda efetiva. Esse valor corresponde a 22% da renda dos Estados Unidos, 4,1 vezes a renda da Argentina, 13,7 vezes a renda de Portugal e 1,2 vezes a própria renda do Brasil em 2015. Nunca antes na história do país houve custo econômico tão elevado em termos absolutos e relativos. Dilma Rousseff tem um desempenho inferior, inclusive, em relação aos casos críticos da história política brasileira: Floriano Peixoto (crise institucional e guerra civil) e Fernando Collor (recessão profunda e impedimento). Considerando esse custo econômico, pode-se afirmar que o governo Dilma Rousseff é a maior expressão de mau governo em toda a história republicana brasileira.

Vale destacar que o valor de US\$ 4 trilhões é, evidentemente, uma subestimativa já que se baseia nas projeções otimistas de variação de renda feitas pela FMI em janeiro de 2016. Essas projeções supõem que o auge da crise sistêmica brasileira é 2015 visto que as projeções para os anos seguintes informam a desaceleração do processo recessivo. Entretanto, nos primeiros meses de 2016 já se evidencia a piora nas expectativas e nos indicadores macroeconômicos. Assim, no lugar da previsão do FMI de queda da renda de 3,5%, muitos analistas preveem uma queda da ordem de 4% em 2016.

Desde o governo Lula alguns poucos analistas independentes previram que o Brasil caminhava na direção de profunda crise sistêmica (ética, social, econômica, política e institucional) em decorrência do modelo de desenvolvimento adotado pelo país nos últimos 20 anos (FILGUEIRAS E GONÇALVES, 2007). Como catalisador da crise há que se destacar a herança desastrosa do governo Lula e a inépcia do governo Dilma (GONÇALVES, 2013).

Conforme evidenciado em outro trabalho, o governo Dilma Rousseff é marcado pela mediocridade esférica: ruim na ótica do capital e do trabalho; na comparação com o desempenho histórico brasileiro; e nos termos dos atuais padrões internacionais (GONÇALVES, 2014).

O desempenho medíocre do governo Dilma não se restringe à queda da renda *per capita*. Na história republicana, os maiores desequilíbrios nas finanças públicas ocorrem nesse governo. Ademais, considerando um conjunto de 6 indicadores macroeconômicos (crescimento da renda, diferencial entre crescimento da renda *per capita* no Brasil e no mundo, taxa de investimento, inflação, dívida pública e dívida externa), pode-se calcular uma variável-síntese (Índice de Desempenho Macroeconômico – IDM). Comparando o IDM no primeiro mandato de Dilma Rousseff com os IDMs nos outros 29 mandatos, a evidência é conclusiva: no conjunto de 30 mandatos, Dilma Rousseff ocupa a 25ª posição e Lula a 21ª posição; ou seja, resultados medíocres, ruins ou fracos. Certamente, com os dados do segundo mandato (caso ele seja concluído), o IDM de Dilma Rousseff deve ter queda acentuada e, provavelmente, ela deve ocupar uma das 3 piores posições, juntamente com Fernando Henrique Cardoso e Fernando Collor (PINTO e GONÇALVES, 2015).

A saída política para a crise brasileira requer o impedimento da presidente Dilma Rousseff – figurante supérfluo (desempenho medíocre, conduta grotesca e deficiência cognitiva). Esse figurante supérfluo agrava a crise de legitimidade do estado e, portanto, tem grande responsabilidade pela crise sistêmica (ética, intelectual, social, econômica, política e institucional). O impedimento deve estar igualmente presente nas agendas políticas tanto da direita como do centro e da esquerda (GONÇALVES, 2015).

O impedimento interrompe e reverte o processo de desequilíbrio decorrente de crises sistêmicas. Com o impedimento inicia-se um processo de reequilíbrio que implica, entre outros fatores, o fortalecimento do regime democrático e o melhor desempenho econômico. A evidência para a América Latina indica um “bônus macroeconômico” em consequência da elevação da taxa de crescimento da renda, da queda da taxa de desemprego, e dos ajustes das finanças públicas e das contas externas. Em pelo menos 60% dos casos de interrupção de presidências, houve reequilíbrio e bônus macroeconômico (GONÇALVES, 2016).

O custo econômico é a expressão da inépcia – Mau Governo Dilma. Como afirma um especialista, a experiência recente da América Latina informa que “os cidadãos não precisam mais tolerar presidentes corruptos e ineptos até o final dos mandatos porque esses podem ser substituídos por meio de procedimentos cada vez mais usuais. Por essa lógica, países podem experimentar alguns problemas de governança no curto prazo durante o período de desafio, entretanto, os desafios têm poucas consequências profundas

e duradouras para a legitimidade ou continuidade do regime ou para o desempenho econômico.” (Pérez-Liñán, 2007, p. 12). Portanto, o extraordinário custo econômico do Mau Governo Dilma Rousseff pode ser reduzido com a interrupção do mandato presidencial. Quanto mais rápido, melhor!

Bibliografia

BANNOCK, Graham; BAXTER, R. E.; DAVIS, Evans. *Dictionary of Economics*. Londres: Penguin, 1998.

FILGUEIRAS, Luiz, GONÇALVES, Reinaldo. *A Economia Política do Governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FMI. *World Economic Outlook*. Washinton D.C.: Fundo Monetário Internacional, outubro de 2015.

GOLDSMITH, R. W. *Brasil 1850-1984. Desenvolvimento Financeiro sob um Século de Inflação*, São Paulo, Ed. Harper & Row do Brasil Ltda, 1986.

GONCALVES, Reinaldo. *Desenvolvimento às Avessas. Verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento*. São Paulo: LTC, 2013.

GONCALVES, Reinaldo. Governo Dilma e o desempenho da economia brasileira: mediocridade esférica. 2014. Disponível: www.ie.ufrj.br.

GONÇALVES, Reinaldo. Por que a esquerda tem mais razões do que a direita para ser a favor do impedimento de Dilma e da punição de Lula? *Texto para Discussão* 015/15, Instituto de Economia, UFRJ, p. 26-47, 2015. Disponível: www.ie.ufrj.br.

GONCALVES, Reinaldo. Interrupção de presidências, reequilíbrio e bônus macroeconômico. Lições da América Latina para o impedimento de Dilma Rousseff. *Texto para Discussão* 03/16, Instituto de Economia, UFRJ, 2016. Disponível: www.ie.ufrj.br.

GREMAUD, Amaury P., SAES, Flávio A. M. de, TONETO JÚNIOR, Rudinei. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1997.

IBGE. *Estatísticas Século XX*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. *Presidential Impeachment and the New Political Instability in Latin America*. Cambridge University Press, 2007.

PINTO, Eduardo C., GONÇALVES, Reinaldo. Desempenho macroeconômico e modelos de desenvolvimento: a experiência brasileira. *Revista de Conjuntura*, Corecon-DF, p. 20-26, maio-agosto 2015.

SUMMA, Ricardo, LUCAS, Gustavo. Estimativas para o produto potencial da economia brasileira. Algumas observações críticas. Texto apresentado no III Encontro da Associação Keynesiana Brasileira, agosto 2010.

Anexo

Tabela A.1

Renda real - Brasil, Portugal, Argentina e Estados Unidos: 1890-2018
(variação real % e valores US\$ bilhão PPP 2015)

	Variação real (%)				Valores (US\$ bilhão, PIB PPP 2015)			
	Brasil	Portugal	Argentina	EUA	Brasil	Portugal	Argentina	EUA
1890	11,7	4,5	-8,2	1,4	16,9	10,3	14,6	360,4
1891	8,6	-1,7	-5,4	4,3	18,3	10,1	13,8	376,0
1892	-11,2	-0,4	19,4	9,7	16,3	10,0	16,5	412,5
1893	-12,8	2,0	6,0	-4,8	14,2	10,2	17,5	392,5
1894	2,3	-1,3	15,2	-2,9	14,5	10,1	20,2	381,2
1895	21,5	4,3	10,9	12,1	17,7	10,5	22,4	427,2
1896	-7,2	1,4	10,6	-2,0	16,4	10,7	24,7	418,5
1897	0,8	5,8	-20,6	9,5	16,5	11,3	19,6	458,5
1898	5,0	3,5	10,9	2,1	17,3	11,7	21,8	468,0
1899	0,4	3,6	17,5	9,1	17,4	12,1	25,6	510,6
1900	-1,2	5,0	-11,7	2,7	17,2	12,7	22,6	524,5
1901	14,4	-1,7	8,8	11,3	19,7	12,5	24,6	583,5
1902	-0,5	0,6	3,1	1,0	19,6	12,6	25,4	589,6
1903	1,9	1,4	19,3	4,9	20,0	12,8	30,3	618,2
1904	1,4	1,3	16,7	-1,3	20,2	12,9	35,3	610,4
1905	3,3	-2,8	17,0	7,4	20,9	12,6	41,3	655,6
1906	12,7	0,7	-1,0	11,5	23,6	12,7	40,9	731,1
1907	0,8	2,4	-2,3	1,5	23,8	13,0	40,0	742,4
1908	-3,2	-1,6	17,6	-8,2	23,0	12,8	47,0	681,6
1909	10,3	-0,1	7,6	12,2	25,4	12,8	50,6	765,0
1910	2,6	2,5	4,0	1,0	26,0	13,1	52,6	772,8
1911	5,8	2,0	3,3	3,3	27,6	13,3	54,4	798,0
1912	6,9	1,7	15,9	4,7	29,5	13,6	63,0	835,3
1913	2,9	-0,4	1,0	4,0	30,3	13,5	63,6	868,3
1914	-1,3	0,7	-19,3	-7,7	29,9	13,6	51,3	801,5
1915	0,3	-2,2	5,8	2,8	30,0	13,3	54,3	824,0
1916	0,9	0,6	-4,0	13,8	30,3	13,4	52,1	937,8
1917	9,4	-1,6	-11,8	-2,5	33,2	13,2	46,0	914,3
1918	-2,0	-5,1	31,2	9,0	32,5	12,5	60,4	996,8
1919	7,9	2,2	-6,1	0,9	35,1	12,8	56,7	1.005,5
1920	12,5	4,9	1,8	-0,9	39,4	13,4	57,7	996,0
1921	1,9	5,7	2,6	-2,3	40,2	14,2	59,2	973,4
1922	7,8	12,2	11,9	5,5	43,3	15,9	66,3	1.027,2
1923	8,6	4,3	14,2	13,2	47,0	16,6	75,7	1.162,7
1924	1,4	-3,7	12,4	3,1	47,7	16,0	85,1	1.198,3
1925	0,0	4,5	-5,8	2,3	47,7	16,7	80,1	1.226,1
1926	5,2	-0,7	2,7	6,5	50,2	16,6	82,3	1.306,0
1927	10,8	17,6	9,4	1,0	55,6	19,5	90,0	1.319,0

1928	11,5	-9,7	-0,2	1,1	62,0	17,6	89,9	1.333,8
1929	1,1	10,9	1,9	6,1	62,6	19,5	91,6	1.415,4
1930	-2,1	-1,2	-8,5	-8,9	61,3	19,3	83,8	1.289,5
1931	-3,3	5,1	-1,8	-7,7	59,3	20,3	82,2	1.190,5
1932	4,3	1,9	-4,8	-13,2	61,9	20,7	78,3	1.033,3
1933	8,9	6,8	1,8	-2,1	67,4	22,1	79,7	1.011,6
1934	9,2	4,3	10,0	7,7	73,6	23,0	87,7	1.089,8
1935	3,0	-5,3	10,4	7,6	75,8	21,8	96,8	1.173,1
1936	12,0	-7,6	0,7	14,2	84,9	20,1	97,5	1.339,8
1937	4,6	16,8	7,3	4,3	88,8	23,5	104,5	1.397,1
1938	4,5	0,7	0,4	-4,0	92,8	23,7	105,0	1.341,6
1939	2,5	1,3	3,8	8,0	95,0	24,0	109,0	1.448,4
1940	-1,0	-6,5	1,7	7,7	94,1	22,4	110,8	1.560,4
1941	4,9	9,3	5,1	18,2	98,8	24,5	116,5	1.844,3
1942	-2,7	-1,3	1,2	20,0	96,1	24,2	117,8	2.213,4
1943	8,5	6,7	-0,8	19,9	104,3	25,8	116,9	2.653,6
1944	7,6	5,7	11,3	8,4	112,2	27,3	130,2	2.875,9
1945	3,2	-3,9	-3,2	-4,0	115,8	26,2	125,9	2.760,4
1946	11,6	7,8	8,9	-20,6	129,2	28,3	137,2	2.190,8
1947	2,4	8,4	11,1	-1,5	132,3	30,7	152,4	2.157,8
1948	9,7	-0,3	5,6	3,8	145,1	30,6	160,9	2.239,4
1949	7,7	1,4	-1,4	0,4	156,3	31,0	158,7	2.248,1
1950	6,8	2,8	1,2	8,7	166,9	31,9	160,7	2.443,5
1951	4,9	4,5	3,9	7,6	175,1	33,3	166,9	2.629,5
1952	7,3	0,1	-5,1	3,7	187,9	33,3	158,4	2.727,7
1953	4,7	7,0	5,4	4,6	196,7	35,7	166,9	2.853,1
1954	7,8	4,8	4,1	-0,7	212,1	37,4	173,8	2.834,3
1955	8,8	4,1	7,1	7,1	230,7	38,9	186,2	3.034,6
1956	2,9	4,4	2,8	2,0	237,4	40,6	191,4	3.093,9
1957	7,7	4,4	5,1	1,9	255,7	42,4	201,2	3.152,0
1958	10,8	1,3	6,1	-1,0	283,3	43,0	213,5	3.120,1
1959	9,8	5,4	-6,5	7,4	311,1	45,3	199,7	3.351,7
1960	9,4	6,7	7,8	2,5	340,3	48,3	215,3	3.435,0
1961	8,6	5,5	7,2	2,3	369,6	51,0	230,7	3.515,0
1962	6,6	6,6	-1,6	6,0	394,0	54,4	227,0	3.727,1
1963	0,6	5,9	-2,4	4,3	396,4	57,6	221,5	3.888,2
1964	3,4	6,6	10,3	5,8	409,8	61,4	244,4	4.113,4
1965	2,4	7,4	9,1	6,4	419,7	66,0	266,7	4.375,8
1966	6,7	4,1	0,7	6,6	447,8	68,6	268,5	4.662,5
1967	4,2	7,5	2,7	2,5	466,6	73,8	275,7	4.779,1
1968	9,8	8,9	4,3	4,8	512,3	80,4	287,4	5.006,5
1969	9,5	2,1	8,5	3,1	561,0	82,1	312,0	5.163,3
1970	10,4	9,1	5,4	0,2	619,4	89,6	328,7	5.172,4
1971	11,3	6,6	4,8	3,1	689,6	95,5	344,7	5.333,8
1972	11,9	8,0	3,1	5,3	772,0	103,2	355,4	5.616,5
1973	14,0	11,2	6,1	5,7	879,8	114,7	377,1	5.935,5
1974	8,2	1,1	6,5	-0,3	951,5	116,0	401,5	5.918,9

1975	5,2	-4,3	-0,9	-0,3	1.000,7	111,0	398,0	5.902,3
1976	10,3	6,9	-0,2	5,2	1.103,3	118,6	397,0	6.211,7
1977	4,9	5,6	6,0	4,5	1.157,8	125,3	421,0	6.493,1
1978	5,0	2,8	-4,4	5,7	1.215,3	128,8	402,5	6.863,5
1979	6,8	5,6	7,1	3,4	1.297,5	136,1	431,2	7.097,0
1980	9,2	6,7	0,7	-0,2	1.416,7	145,2	434,3	7.079,7
1981	-4,4	3,5	-5,7	2,6	1.354,4	150,4	409,3	7.263,3
1982	0,6	2,2	-3,1	-1,9	1.362,4	153,6	396,4	7.124,5
1983	-3,4	1,0	3,7	4,6	1.316,1	155,1	411,2	7.454,6
1984	5,3	-1,0	2,0	7,3	1.386,0	153,5	419,5	7.995,7
1985	7,9	1,6	-7,0	4,2	1.495,5	156,0	390,3	8.334,6
1986	7,5	3,3	7,1	3,5	1.608,3	161,2	418,2	8.627,3
1987	3,6	7,6	2,5	3,5	1.666,2	173,5	428,8	8.925,9
1988	0,3	5,3	-2,0	4,2	1.670,6	182,7	420,4	9.301,2
1989	3,2	6,6	-7,0	3,7	1.724,0	194,9	390,9	9.643,5
1990	-4,2	7,9	-1,3	1,9	1.652,2	210,2	385,7	9.828,5
1991	1,0	3,4	10,5	-0,1	1.669,2	217,3	426,2	9.821,3
1992	-0,5	3,1	10,3	3,6	1.661,4	224,1	470,1	10.170,4
1993	4,7	-0,7	6,3	2,7	1.738,9	222,5	499,4	10.449,7
1994	5,3	1,5	5,8	4,0	1.831,7	225,9	528,6	10.871,6
1995	4,4	2,3	-2,8	2,7	1.912,6	231,1	513,6	11.167,2
1996	2,2	3,5	5,5	3,8	1.954,5	239,2	541,9	11.591,2
1997	3,4	4,4	8,1	4,5	2.020,7	249,7	585,9	12.111,2
1998	0,4	4,8	3,9	4,5	2.027,9	261,7	608,5	12.650,2
1999	0,5	3,9	-3,4	4,7	2.037,8	271,9	587,9	13.242,9
2000	4,4	3,8	-0,8	4,1	2.127,1	282,2	583,2	13.784,8
2001	1,4	1,9	-4,4	1,0	2.156,7	287,7	557,5	13.919,3
2002	3,1	0,8	-10,9	1,8	2.222,5	289,9	496,8	14.167,9
2003	1,1	-0,9	8,8	2,8	2.247,9	287,2	540,7	14.565,6
2004	5,8	1,8	9,0	3,8	2.377,4	292,4	589,5	15.116,9
2005	3,2	0,8	9,2	3,3	2.453,5	294,6	643,9	15.622,6
2006	4,0	1,6	8,4	2,7	2.550,7	299,2	697,8	16.039,1
2007	6,1	2,5	8,0	1,8	2.705,5	306,6	753,4	16.324,4
2008	5,1	0,2	3,1	-0,3	2.843,4	307,3	776,6	16.276,7
2009	-0,1	-3,0	0,1	-2,8	2.839,8	298,1	776,9	15.824,9
2010	7,5	1,9	9,5	2,5	3.053,6	303,8	850,4	16.225,6
2011	3,9	-1,8	8,4	1,6	3.172,9	298,2	921,7	16.485,5
2012	1,9	-4,0	0,8	2,2	3.233,8	286,2	929,1	16.852,1
2013	3,0	-1,6	2,9	1,5	3.331,2	281,6	955,9	17.103,1
2014	0,1	0,9	0,5	2,4	3.334,6	284,1	960,3	17.518,3
2015	-3,8	1,6	0,4	2,6	3.207,9	288,6	964,3	17.968,2
2016	-3,5	1,5	-0,7	2,8	3.095,6	293,0	957,1	18.478,3
2017	0,0	1,4	0,0	2,8	3.095,6	297,1	957,1	18.995,2
2018	0,2	1,3	0,1	2,7	3.101,8	300,8	958,5	19.505,0

Notas e fontes: Brasil - 1890-1900: Goldsmith (1986), tabela 3.1, p. 82; 1901-79: IBGE (2003); 1980-2014: FMI, *World Economic Outlook Database* (FMI-WEO), outubro de 2015; 2015-17: FMI-WEO, janeiro de 2016; e 2018: média geométrica do período 2011-17.

Portugal - 1890-1979: Maddison Project, <http://www.ggd.net/maddison/maddison-project/home.htm>; 1980-2018: FMI-WEO, outubro de 2015.

Argentina – 1890-1935: Cortés Conde, R., F. *La economía argentina en el largo plazo: Ensayos de historia económica de los siglos XIX y XX*, Buenos Aires, 1997, p. 230-31, Cuadro A1; 1935: Maddison Project; 1980-2018: FMI-WEO, outubro de 2015.

Estados Unidos: 1890-1979: Maddison Project; 1980-2018: FMI-WEO, outubro de 2015.

A renda de referência é o valor constante (PIB paridade do poder de comprar PPP) em 2015; dados do FMI-WEO, outubro 2015.

Dados referentes a 2015-18 são estimativas e previsões do FMI.

Tabela A.2

Taxas anual de crescimento da renda real: 1890-2018

	Média simples	Mediana	Média geométrica	Equação de regressão exponencial
Brasil	4,3	4,4	4,2	4,9
Portugal	2,8	2,3	2,7	3,2
Argentina	3,5	3,3	3,2	3,1
Estados Unidos	3,3	3,1	3,2	3,2

Fontes e notas: ver Anexo, Tabela A.1.

Tabela A.3**Presidentes da República: mandatos**

	Presidente	Mandato
1	Manuel Deodoro da Fonseca	11/1889 a 11/1891
2	Floriano Vieira Peixoto	11/1891 a 11/1894
3	Prudente José de Morais e Barros	11/1894 a 11/1898
4	Manuel Ferraz de Campos Sales	11/1898 a 11/1902
5	Francisco de Paula Rodrigues Alves	11/1902 a 11/1906
6	Afonso Augusto Moreira Pena	11/1906 a 6/1909
7	Nilo Procópio Peçanha	6/1909 a 11/1910
8	Hermes Rodrigues da Fonseca	11/1910 a 11/1914
9	Venceslau Brás Pereira Gomes	11/1914 a 11/1918
10	Epitácio da Silva Pessoa	7/1919 a 11/1922
11	Artur da Silva Bernardes	11/1922 a 11/1926
12	Washington Luís Pereira de Souza	11/1926 a 10/1930
13	Getúlio Dornelles Vargas	11/1930 a 10/1945
14	Eurico Gaspar Dutra	1/1946 a 1/1951
15	Getúlio Dornelles Vargas	1/1951 a 8/1954
16	João Café Filho	8/1954 a 11/1955
17	Juscelino Kubitschek de Oliveira	1/1956 a 1/1961
18	Jânio da Silva Quadros	1/1961 a 8/1961
19	João Belchior Goulart	9/1961 a 4/1964
20	Humberto de Alencar Castello Branco	4/1964 a 3/1967
21	Arthur da Costa e Silva	3/1967 a 8/1969
22	Emílio Garrastazu Médici	10/1969 a 3/1974
23	Ernesto Geisel	3/1974 a 3/1979
24	João Baptista de Oliveira Figueiredo	3/1979 a 3/1985
25	José Sarney	3/1985 a 3/1990
26	Fernando Collor de Mello	3/1990 a 9/1992
27	Itamar Cautiero Franco	10/1992 a 12/1994
28	Fernando Henrique Cardoso	1/1995 a 12/2002
29	Luis Inácio Lula da Silva	1/2003 a 12/2010
30	Dilma Rousseff	1/2011 a 12/2018 (?)

Fonte: Elaboração própria.

Tabela A.4**Portugal, Argentina e Estados Unidos – valores acumulados de renda real em cada mandato presidencial (US\$ bilhão PPP 2015): 1890-2018**

		Portugal	Argentina	Estados Unidos
1	Deodoro da Fonseca	20	28	736
2	Floriano Peixoto	30	54	1.186
3	Prudente de Moraes	44	89	1.772
4	Campos Sales	50	98	2.208
5	Rodrigues Alves	51	148	2.615
6	Afonso Pena	38	138	2.189
7	Nilo Peçanha	26	103	1.538
8	Hermes da Fonseca	54	232	3.303
9	Venceslau Brás	52	213	3.673
10	Epitácio Pessoa	56	240	4.002
11	Artur Bernardes	66	323	4.893
12	Washington Luís	76	355	5.358
13	Getúlio Vargas I	350	1.559	24.933
14	Eurico Dutra	152	770	11.280
15	Getúlio Vargas II	140	666	11.045
16	Café Filho	39	186	3.035
17	Juscelino Kubitschek	220	1.021	16.153
18	Jânio Quadros	51	231	3.515
19	João Goulart	112	449	7.615
20	Castello Branco	196	780	13.152
21	Costa e Silva	236	875	14.949
22	Garrastazu Médici	403	1.406	22.058
23	Ernesto Geisel	600	2.020	31.390
24	João Figueiredo	894	2.502	44.015
25	José Sarney	868	2.049	44.832
26	Fernando Collor	652	1.282	29.820
27	Itamar Franco	448	1.028	21.321
28	Fernando Henrique	2.113	4.475	102.635
29	Lula da Silva	2.389	5.629	125.996
30	Dilma Rousseff	2.330	7.604	142.906

Fontes e notas: ver Anexo, Tabela A.1.